



Alencar Monteiro

A reunião do bloco interpartidário ganhou ontem a presença de Covas e Cardoso

Aliança não segura os blocos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os encontros recentes do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com o do PFL, Marco Maciel, são uma tentativa dos dois partidos de retomar o comando dos trabalhos da Assembléia Constituinte, ameaçado pelo aparecimento de blocos parlamentares. Pelo menos nessa análise concordam os líderes do PMDB e do PFL no Senado, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli. "Val haver entendimento na Constituinte, para decepção dos que torcem pelo confronto. Os partidos, através de Ulysses e Maciel, reassumiram seu papel" — garantiu Fernando Henrique. Chiarelli acrescentou um pouco: "Haverá nova reunião na próxima semana, provavelmente com a presença dos líderes parlamentares, para outra troca de idéias e para que cada um examine a realidade interna de seus partidos" — afirmou o senador gaúcho, confirmando que "a prioridade é o trabalho da Constituinte. Temos de buscar, além do trabalho dos grupos informais, trazer os partidos à cena da negociação, a partir do PMDB e do PFL, pelo que representam em expressão quantitativa".

O senador e presidente liberal Marco Maciel transmitiu ontem de

manhã aos dois líderes do seu partido, Chiarelli e José Lourenço (na Câmara), o que discutiu no encontro de anteontem à noite com Ulysses Guimarães. Maciel insistiu na necessidade de tentar o consenso para elaborar um substitutivo ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Ao falar da reunião, José Lourenço tentou desconversar e depois foi mais claro: "Falamos sobre a conversa dele (Maciel) com o presidente Ulysses Guimarães (sic), quando os dois concluíram que se deve perseguir o entendimento para que a Constituição possa refletir o pensamento da maioria da sociedade brasileira".

OS DIVISORES

Ao mesmo tempo que a cúpula dos dois partidos da Aliança Democrática buscam o entendimento, os grupos que o impedem confirmam sua existência. Um deles, chamado de Unidade Democrática pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), se reunirá no dia 5 de agosto, e o líder do PDS, Amaral Neto, já confirmou presença. "Vamos constituir o bloco antiesquerda, que não tem nada que ver com o governo. O Jorge Leite (deputado peemedebista do Rio) bem que tentou me meter nessa arapuca. Não podemos misturar o bloco antiesquerda com o bloco governista."

No mesmo período de reunião escolhido pelo grupo integrado por Cardoso Alves e Amaral Neto — de 5 a 11 de agosto — os xiitas do PMDB se reunirão com os dissidentes do PFL e representantes de outros partidos. Eles tentarão chegar a um acordo sobre assuntos como exploração do subsolo, sistema judiciário e controle do Estado, segundo informou o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). O parlamentar disse que 50 constituintes já participaram das reuniões de seu bloco, que antes contava apenas com os peemedebistas Miro Teixeira (RJ), Antônio Brito (RS), José Carlos Sabóia (MA) e com liberais como Lúcio Alcântara (CE), Alcení Guerra (PR), José Agripino (RN) e Érico Pegoraro (RS).

Ontem, em nova reunião, estavam presentes os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, o deputado Plínio Sampaio (PT) e representantes do PDT e do PCB. Euclides Scalco esclareceu que os parlamentares estão "procurando o consenso para que a Constituição avance sobre tudo que está aí e seja adequada ao Brasil moderno".

Incumbido pelo grupo de estudar o problema da extensão da anistia, o senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que "a próxima reunião, que será a penúltima, se destinará a apurar as últimas arestas".

"Jogo político não pode ser feito contra regime"

RIO
AGÊNCIA ESTADO

"O jogo político tem de ser feito dentro do regime, e não contra o regime. É preciso ter uma atitude crítica ao projeto em curso na Assembléia Constituinte, pois, uma vez aprovado, inviabilizará o futuro do País." O jurista João Baptista Cordeiro Guerra, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, expôs sua posição ontem na Associação Comercial do Rio, durante almoço promovido pelo Rotary Clube, na presença de empresários e juristas.

Cordeiro criticou vários aspectos do anteprojeto de Constituição — as restrições à propriedade, à livre iniciativa, o tratamento dado à justiça, a proposta de parlamentarismo, e até os partidos políticos —, além de declarar que os 500 artigos, "no que se afastam da tradição republicana, são um primor de incompreensão do poder nas normas jurídicas. Efetivamente estas tudo podem, porém, não conseguem superar as leis físicas e econômicas e a força da tradição histórica". Para o jurista, "vitoriosa a minoria pelas técnicas de mobilização de massas, teremos no Brasil, cedo ou tarde, o partido único, com a abolição das liberdades fundamentais". Ou seja, trata-se, em sua opinião, de uma opção entre totalitarismo e democracia.

O jurista notou que mesmo "os líderes mais conspícuos do socialismo radical" já chegaram a esta conclusão: "Não é com limitações ao direito de propriedade e restrições à livre iniciativa que o País sairá das dificuldades em que se encontra". A tentativa de impor tais restrições não leva em conta os resultados eleitorais da Europa, que "revelam a decadência do coletivismo nos países mais civilizados. Entretanto, como ironizou o professor Mário Henrique Simonsen, nós estamos na contra-mão da História".

PARTIDOS E IGREJA

Tanto isso é verdade que se tenta estabelecer um sistema parlamentarista de governo "sem partidos conscientes". Esse parlamentarismo "apenas exarcebará as ambições políticas individuais, com a excitação

das massas por ele reduzidas à pobreza e à incapacidade de ver o seu verdadeiro interesse" — declarou Cordeiro Guerra.

"Há muitos partidos políticos isto é, não há partidos definidos, e em cada partido há divisões de monta" — esclareceu o jurista, destacando que neles existem "reacionários que se intitulam 'progressistas' e não-reacionários". Cordeiro comparou a situação partidária à da Igreja, "na qual há um verdadeiro partido cleri-

parlamentarismo — e o prazo de duração do mandato presidencial". "Ninguém levantou o problema de saber como deve ser feito o combate à inflação. Sem economia estável não é possível fixar salários e preços, promover investimentos, estabelecer planejamentos públicos e privados." Para ele, é a inflação que "asfixia a todos" e se "revela nos índices de correção monetária, a qual nada mais é que o instrumento jurídico da identidade da moeda no tempo". E a inflação, a seu ver, em nada será diminuída com o encurtamento do mandato presidencial.

A JUSTIÇA, SUBJUGADA

Cordeiro Guerra condenou a tentativa do anteprojeto de "reduzir a estatura ímpar do Supremo Tribunal Federal, aumentando o número de seus ministros, alterando o processo de escolha e suprimindo suas atribuições de corte de cassação". O jurista criticou também a iniciativa dos constituintes de dar "ao Legislativo e ao próprio Supremo Tribunal Federal competência para indicar os seus ministros, infringindo a norma de ouro da separação dos poderes, que vem desde Montesquieu". O mesmo problema ocorre, em seu entender, com o Superior Tribunal de Justiça, criado pelo atual anteprojeto de Constituição.

Todo esse tratamento dado à Justiça pela Constituinte levou o ex-presidente do STF a se perguntar: "Será a sujeição dos juízes aos partidos políticos um progresso?"

O que mais o impressiona no anteprojeto "é, a par do seu idealismo ingênuo, o desconhecimento do poder das normas jurídicas, que o torna irrealista, anacrônico e ameaçador" — ressaltou Cordeiro Guerra, lembrando que "a Constituição é um instrumento pelo qual o Estado se organiza e disciplina os princípios cardeais de bem viver, instrumento que respeita a tradição republicana secular".

O jurista advertiu ser necessário, "nesta hora grave da vida política nacional, fazer a opção entre o totalitarismo e a democracia". Admitiu que, "sem dúvida, há injustiças a corrigir, desigualdades a remover", mas ressaltou que "disso se há de encarregar a prática da democracia, dentro da ordem constitucional, pois a sua ruptura nada mais tem feito no mundo moderno que instituir regimes totalitários, em que não se encontram a igualdade nem a liberdade", afirmou Cordeiro Guerra.



Cordeiro Guerra

18/4/84

cal radical, que finge poder harmonizar a negação de Deus com a fé católica e se horroriza com a escolha do papa para arcebispo-primaz do Brasil, por recair num sacerdote humildemente a Deus".

Para mostrar que os problemas fundamentais são esquecidos pelos partidos, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal lembrou que o maior de todos eles, o PMDB, "realizou uma convenção sobre que rumos tomar na Assembléia Constituinte e pôs como temas prioritários a forma de governo — presidencialismo ou